

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA: LÍNGUA PORTUGUESA, TEMAS TRANSVERSAIS E FORMAÇÃO PARA CIDADANIA
TEACHER TRAINING IN MATERNAL LANGUAGE TEACHING: PORTUGUESE LANGUAGE, CROSS-CUTTING SUBJECTS AND CITIZENSHIP TRAINING

Ricardo Santos David¹, Renato Santos David²

¹ UNIATLANTICO - Universidad Europea Del Atlántico - ricardosdavid@hotmail.com

² USP - renatosdavid@hotmail.com

Recebido em 06 de Setembro de 2017; Aceito em 16 de Novembro de 2017.

Resumo

Este artigo consiste em um estudo com o objetivo de refletir sobre como é feita a abordagem dos Temas Transversais, elemento integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais — PCN, em sala de aula, no ensino de Língua Portuguesa. Como referencial bibliográfico, optou-se pelos estudiosos Candau (1997), Freire (2005), Mizukami (1986), Piletti (2007) e Zabala (1998), que em seus estudos trazem reflexões acerca da educação; um levantamento bibliográfico sobre os Temas Transversais e sobre questões ligadas à educação. A partir desse suporte teórico busca-se compreender como as propostas trazidas nos PCN são abordadas pelos professores de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Temas Transversais; Educação; Política Educacional; Língua Portuguesa.

Abstract

This article consists of a study aiming to reflect on how is the approach of Transversal Themes, integral element of the National Curriculum Parameters - PCN in the classroom, teaching of Portuguese language. As bibliographic references, it was decided by scholars of Candau (1997), Freire (2005), Mizukami (1986), Piletti (2007) and Zabala (1998), in their studies bring reflections about education; a literature review on the Transversal Themes and issues related to education. From this theoretical support seeks to understand how the proposals brought in PCN are addressed by Portuguese teachers.

Keywords: Transversal Themes; Education; Educational Policy; Portuguese Language.

Resumen

Este artículo consiste en un estudio con el objetivo de reflexionar sobre cómo es el enfoque de los Temas Transversales, elemento integral de los Parámetros Curriculares Nacionales - PCN en el aula, la enseñanza de la lengua portuguesa. Como referencias bibliográficas, se decidió por los estudiosos Candau (1997), Freire (2005), Mizukami (1986), Piletti y Zabala (2007;1998), que en sus estudios aportan reflexiones sobre la educación; Una revisión de la literatura sobre los Temas Transversales y las cuestiones relacionadas con la educación. A partir de este soporte teórico busca entender cómo las propuestas presentadas en el PCN son dirigidas por los profesores de portugués.

Palabras clave: Control De Gestion; Instrumentos de Control de Gestión; Centro de responsabilidad.

1. Introdução

A história da educação no Brasil é marcada por várias mudanças, se iniciou com a chegada dos portugueses ao país e se estende à contemporaneidade. A história educacional do país é composta de inúmeras questões políticas, dentre elas a chegada da Companhia de Jesus, depois a de D. João, o período imperial, o republicano, o regime militar, a abertura política e o atual governo.

Pode-se observar que durante esses anos houve grandes evoluções na educação brasileira, com a criação de leis e parâmetros educacionais com objetivo de melhorar o sistema educacional. Dessa forma, com a intenção de aperfeiçoar o planejamento de ensino, inseriram-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os Temas Transversais que têm como objetivo abordar temas contemporâneos de abrangência nacional como Ética, Meio Ambiente e Pluralidade Cultural, para uma educação participativa e social, gerando questionamentos e mudanças positivas ao país.

Este artigo tem como objetivo discutir como os Temas Transversais — integrantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) — são utilizados por professores de Língua Portuguesa e como é feita a abordagem na escola pública e privada.

A metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada a partir de levantamento bibliográfico referente aos Temas Transversais, sobre questões ligadas à educação e como são abordados esses temas em sala de aula. Foram escolhidos como base teórica os estudos de Freire, Candau, Piletti, Mizukami e Zabala.

2. Desenvolvimento

2.1 Breve contexto histórico da educação no Brasil

A cultura indígena brasileira sofreu sua primeira transformação com a chegada dos portugueses, que trouxeram da Europa seu próprio modelo de educação — Não que não houvesse um modelo nosso, porém o nosso padrão era diferente.

Com a chegada da Companhia de Jesus, os jesuítas trouxeram os métodos pedagógicos, no entanto, tinham a intenção de catequizar os índios.

De acordo com (PITELLI, 2007, p. 166), “os jesuítas dedicaram-se às duas tarefas principais: a pregação da fé católica e o trabalho educativo”, e abrindo caminho para os colonizadores.

Esse modelo de educação durou 210 anos, quando os jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal. Esse período na educação foi um pouco conturbado, pois os professores dessa época não tinham preparação, eram pessoas comuns indicadas pelos bispos. Essa situação só fora normalizada com a chegada da Família Real, que ao se instalar no Brasil abriu escolas, buscando o interesse da corte. Desse período até a Proclamação da República (1889), o ensino no país não sofreu mudanças significativas (PILETTI, 2007, p. 168).

Somente a partir da Revolução de 1930, quando precisou-se de mão de obra especializada, que surgiu o interesse de se investir na educação. Dessa maneira, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Com a nova Constituição de 1934, a educação passou a ser um direito de todos (PILETTI, 2007, p. 168).

Na década de 1950, a educação passa a ser administrada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Mas, somente em 1961, fora promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (4024). Em 1962, é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, inspirados no método de Paulo Freire (PILETTI, 2007, p. 175). Contudo, com o golpe militar em 1964 o país teve seus avanços freados e as conquistas populares alcançadas ficaram em segundo plano:

A história da educação foi um dos instrumentos de que lançaram mão os sucessivos grupos que ocuparam o poder para promover e preservar essa dependência, não através da exclusão pura e simples, impedindo-se o acesso de grande parte dos brasileiros à escola, por meio de um ensino para a submissão, desprovido da preocupação crítica, tanto em seus conteúdos quanto em seus métodos (PILETTI, 2007, p. 163).

O regime militar durou 21 anos (1964 - 1985), neste período foram instauradas reformas educacionais em todos os níveis educacionais, sem o auxílio de professores, alunos e outros setores da sociedade. Os resultados foram os altos índices de repetência, evasão escolar e analfabetismo. No entanto, na década de 1980, as questões educacionais passaram a ter um caráter mais amplo e com a participação ativa de profissionais da área. Foram criados planos para a educação, sistemas de avaliações, entre outras medidas. Em 1996, é criada a 3ª LDB (nº 9.394), e visava à gestão democrática do ensino e a progressiva autonomia pedagógica. Dessa forma, alguns educadores apresentaram novas propostas de ensino (PILETTI, 2007, p. 184).

Essa educação perdurou por 210 anos, quando os mesmos foram expulsos pelo Marquês de Pombal. Esse período na educação foi caótico porque Pombal desejava reerguer Portugal e a educação jesuítica não interessava a Coroa portuguesa. Os professores desse período não tinham preparação, pois eram pessoas comuns indicadas pelos bispos. Isso só se normalizou com a vinda da Família Real ao Brasil que para se instalar abriu academias, escolas de direito e medicina, entre outras, buscando o interesse da corte. Dessa época até a Proclamação da República (1889), o ensino no Brasil não sofreu mudanças significativas. (PILETTI, 2007, p. 168). Após a Proclamação da República, houve várias reformas educacionais não bem sucedidas, mas vale ressaltar que nesse período criou-se a gratuidade da escola primária através da Reforma de Benjamin Constant e também a Reforma Rivadávia Correia, de 1911, almejando formar cidadãos e não somente promovê-los a um novo nível escolar.

A partir da Revolução de 30, precisou-se de mão-de-obra especializada, por esse motivo surgiu interesse de investir na educação. Sendo assim, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Com a nova Constituição de 1934, a educação passou a ser um direito de todos e um dever da família e dos Poderes Públicos. (PILETTI, 2007, p. 168). Na nova Constituição de 1937, cria-se uma distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, o primeiro para as classes dominantes e o segundo para as classes desfavorecidas. Por decorrência disso, foram instituídos o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) com o intuito de valorizar o ensino profissionalizante. Em 1953, a educação passa a ser administrada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) tornando-se um ministério próprio.

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (4024) sendo esse um dos períodos mais importantes na história da Educação do Brasil, que contou com a colaboração de Paulo Freire com o Projeto de Alfabetização em 40 horas para adultos analfabetos e, em 62, criou-se o Conselho Federal de Educação substituindo o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação. Ainda neste mesmo ano, inspirado no método Paulo Freire é criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização pelo MEC. (PILETTI, 2007, p. 175). Porém, em 1964, o golpe militar instalado no país pretendia frear os avanços e conquistas populares alcançadas no período anterior:

A história da educação foi um dos instrumentos de que lançaram mão os sucessivos grupos que ocuparam o poder para promover e preservar essa dependência, não através da exclusão pura e simples, impedindo-se o acesso de grande parte dos brasileiros à escola, por meio de um ensino para a submissão, desprovido da preocupação crítica, em seus conteúdos quanto em seus métodos (PILETTI, 2007 p. 163).

A Educação Brasileira tornou-se vítima do autoritarismo que se instalou em toda a nação. Reformas educacionais foram impostas em todos os níveis educacionais, sem o auxílio à participação dos maiores interessados: alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados obtidos foram um alto índice de repetência, evasão escolar e analfabetismo, professores remunerados pessimamente e sem motivação para trabalhar.

O regime militar durou 21 anos (1964 - 1985). Na década de 80, com a grande pressão por parte de vários setores da sociedade brasileira, o fim da ditadura militar e a abertura política tornaram-se inevitáveis. As questões educacionais passaram a ter um caráter mais amplo contando com a participação ativa de profissionais de outras áreas. Criaram-se planos para a educação, sistemas de avaliações, etc.

Em 1996, cria-se a 3ª LDB, nº 9.394, que visava à gestão democrática do ensino e à progressiva autonomia pedagógica. Elaboram-se os PCN que são usados como guias curriculares organizados por disciplinas e ciclos, com o intuito de

educação escolar formar indivíduos tanto na vida pessoal como social. Com isso, alguns educadores apresentam novas propostas de ensino. (PILETTI, 2007, p. 184)

Na formação do professor, como educador, exige-se uma postura do “que fazer” pedagógico, em sala de aula, torna-se necessário o uso da didática como forma no processo de educação. Conforme Candau, para um bom ensino é necessário que se tenha conteúdo pedagógico e a didática tem auxiliado o professor no desenvolvimento desse projeto:

Todo processo de formação de educadores-especialistas e professores inclui necessariamente componentes curriculares orientados para o tratamento sistemático do “que fazer” educativo, da prática pedagógica. Entre esses a didática ocupa um lugar de destaque (CANDAU, 1997, p. 12).

Segundo Candau (1997), a didática tem como objeto de estudo o processo de ensino-aprendizagem que se divide em três dimensões: humana, técnica e político-social. Para a dimensão humana é necessário que haja uma relação interpessoal que vai além da técnica, a prática pedagógica deve trabalhar a importância em relação ao aluno: empatia, calor, trabalho em grupo, fazendo da dimensão humana o único centro do processo ensino-aprendizagem, “certamente o componente afetivo está presente no processo de ensino aprendizagem”. A abordagem humanista, conforme Mizukami (1986) é centrada no desenvolvimento da personalidade do aluno, na sua construção pessoal, levando em conta as suas experiências; o professor é facilitador na transmissão de conteúdo:

O professor em si não transmite conteúdo, dá assistência, sendo um facilitador da aprendizagem. O conteúdo advém das próprias experiências dos alunos. A atividade é considerada um processo natural que se realiza através da interação com o meio. O conteúdo da educação deveria consistir em experiências que o aluno reconstrói. O professor não ensina: apenas cria condições para que os alunos aprendam (MIZUKAMI, 1986, p. 38).

A dimensão técnica no processo de ensino-aprendizagem significa a habilidade, a capacidade de planejar o ensino e organizar os meios de efetivá-lo de maneira eficaz, proporcionando uma melhor aprendizagem. Contudo, se a dimensão técnica se separa das outras dimensões tem-se o tecnicismo, e este é visto separadamente de suas raízes político-sociais e ideológicas, e analisado como algo puramente instrumental. A importância do “fazer” como prática pedagógica, separa-se das perguntas “por que fazer” e “para que fazer” sendo observado diversas vezes de maneira abstrata:

Se o tecnicismo parte de uma visão unilateral do processo ensino-aprendizagem, que é configurado a partir exclusivamente da dimensão técnica, no entanto esta é sem dúvida um aspecto que não pode ser ignorado ou negado para uma adequada compreensão e mobilização do processo de ensino aprendizagem. O domínio do conteúdo e a aquisição de habilidades básicas, assim como a busca de estratégias que viabilizem esta aprendizagem em cada situação concreta de ensino, constituem problemas fundamentais para toda proposta pedagógica (CANDAU, 1997, p.14).

Paulo Freire (2005) defende uma Pedagogia de Comunicação que propõe uma educação e conscientização embasadas no método capaz de fazer com que o homem se torne crítico, criando condições desafiadoras, oferecidas para um determinado grupo desde que estas representem sentido para os mesmos.

[...] método ativo que fosse capaz de criticizar o homem através do debate de situações desafiadoras, postas diante do grupo, estas situações teriam de ser existenciais para os grupos. Fora disso estaríamos repetindo os erros de uma educação alienada, por isso ininstrumental (FREIRE, 2005, p. 114).

Para Freire, a educação deve ser voltada para o questionamento dos problemas, superando a relação opressor - oprimido e não uma educação depositária que consiste em apenas transmitir conhecimento. A educação deve ser trabalhada com o homem na busca constante pela reconquista da sua humanidade.

A verdadeira educação, para Paulo Freire, consiste na educação problematizadora, que ajudará a superação da relação opressor - oprimido. A educação problematizadora ou conscientizadora, ao contrário da educação bancária, objetiva o desenvolvimento da consciência crítica e a liberdade como meios de superar as contradições da educação bancária [...] (MIZUKAMI, 1986, p. 97).

Para Freire, a educação construída sobre uma política social, está na resposta ou questionamento que o educando faz perante os acontecimentos do mundo, nessa tomada de consciência da realidade humana, e não ser apenas hospedeiros, mas ter o desejo de lutar por mundo melhor em que vivem.

A educação autêntica, repitamos não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou ponto de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, a base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação (FREIRE, 2004, p.84).

A noção de Cidadania propõe a superação da desigualdade social e econômica da sociedade brasileira, que vê o cidadão como sujeito de direito e deveres. Ao propor uma educação que se envolva com a cidadania, os Parâmetros Curriculares Nacionais ditam meios segundo os quais orientam a educação escolar como: Dignidade da pessoa humana, Igualdade de direitos, Participação e Corresponsabilidade pela vida social.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política (MEC/SEF, 1998, p.17).

Esse enunciado já deixa clara a nova preocupação das entidades voltadas à educação brasileira com questões ligadas à cidadania. Assim, foi incorporado ao ensino brasileiro os Temas Transversais que têm como objetivo trazer para a escola, questões importantes da vida cotidiana.

Os Temas Transversais por tratarem de problemas sociais abordam processos que estão sendo vividos pela sociedade. São questões urgentes e de abrangência nacional que necessitam de transformações pessoais e sociais.

Hoje, observa-se uma necessidade ainda maior do novo milênio em criar uma escola voltada para a formação de cidadãos, cabe ao educador exercer esse papel no desenvolvimento das pessoas e das sociedades. Na construção da cidadania é preciso que a educação esteja direcionada para a realidade social e para os direitos e responsabilidades da vida pessoal e coletiva.

O papel da escola é dar, aos alunos, suporte para que eles possam refletir de modo coerente perante os problemas sociais, que implicam reconhecer valores e práticas que desrespeitam os princípios de cidadãos, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam.

A escola não muda a sociedade, mas pode trabalhar no sentido de transformá-la. A relação da prática pedagógica é totalmente uma relação política, por isso a questão da democracia tanto na escola como na sociedade são comuns (MEC/SEF, 1998, p. 17). Sendo questões sociais, os Temas Transversais tratam de assuntos que são vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e professores em seu cotidiano. Abordam diversos temas sociais em busca de soluções e alternativas, e muitas vezes confrontam posicionamentos contrários tanto em relação ao âmbito social quanto à atuação pessoal.

2.2 Educadores

Na formação do docente, como educador, exige-se a necessidade do uso da didática como forma no processo de educação. Para Candau (1997), para o bom ensino é necessário que se tenha conteúdo pedagógico e didática:

Todo processo de formação de educadores/especialistas e professores inclui necessariamente componentes curriculares orientados para o tratamento sistemático do “que fazer” educativo, da prática pedagógica. Entre esses a didática ocupa um lugar de destaque (CANDAU, 1997, p. 12).

De acordo com Candau (1997), a didática tem como objetivo principal estudar o processo de ensino/aprendizagem que se divide em três áreas: humana, técnica e político social. Para a área humana é preciso que haja uma relação interpessoal além da técnica, a prática pedagógica. A abordagem humanista, segundo Mizukami (1986), é centrada no desenvolvimento da personalidade do aluno, na sua construção pessoal, levando em conta suas experiências:

O professor em si não transmite conteúdo, dá assistência, sendo um facilitador da aprendizagem. O conteúdo advém das próprias experiências dos alunos. A atividade é considerada um processo natural que se realiza através da interação com o meio. O conteúdo da educação deveria consistir em experiências que o aluno reconstrói. O professor não ensina: apenas cria condições para que os alunos aprendam (MIZUKAMI, 1986, p. 38).

Dessa maneira, conforme (MIZUKAMI, 1986, p. 29), “a escola atende, portanto, aos objetivos de caráter social, à medida que atende aos objetivos daqueles que lhe conferem o poder”. A maneira como o professor aborda as três áreas, em sala de aula, demonstra seus posicionamentos quanto à transformação social.

ZABALA (1998) determina que o ensino tenha priorizado as capacidades cognitivas, sobretudo, as consideradas mais relevantes, que correspondem à aprendizagem das matérias tradicionais. Contudo, as escolas devem promover a formação integral dos alunos, como cidadãos:

Educar quer dizer formar cidadãos e cidadãs, que não estão parcelados em compartimentos estanques, em capacidade isolada; [...] a capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vive, e as educacionais são um dos lugares preferenciais, nesta época, para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais (ZABALA, 1998, p. 28).

Segundo (MIZUKAMI, 1986, p. 94), o processo de educação deve levar em consideração o Homem concreto e o meio em que vive, “toda ação educativa, para que seja válida, deve, necessariamente, ser precedida de uma reflexão sobre o Homem concreto; [...] o Homem se torna o sujeito da educação”.

Conforme Paulo Freire (2005), a educação e a conscientização bases da Pedagogia de Comunicação, embasadas no método capaz de fazer com que o Homem se torne crítico.

Por fim, o fazer pedagógico, segundo os teóricos citados, deve priorizar a educação de alunos críticos, reflexivos e torna possível a formação de cidadãos que atuam na transformação da sociedade e os Temas Transversais inseridos nos PCN.

3. Temas Transversais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais ditam meios segundo os quais orientam a educação escolar, com a noção de cidadania e a superação da desigualdade social e econômica do país:

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política (BRASIL, 1998, p. 17).

Os Temas Transversais foram incorporados ao ensino brasileiro, sobretudo, no ensino da Língua Portuguesa, pois traz à escola questões importantes da vida cotidiana. Durante as aulas de Língua Portuguesa, podem ser tratados problemas sociais e abordar processos que estão sendo vividos pela sociedade. Verifica-se a necessidade de aulas voltadas para a formação de cidadãos, cabe aos educadores da nossa língua vernácula direcionar a educação para a realidade social e para os direitos e responsabilidade da vida pessoal e coletiva.

O conteúdo ministrado em sala de aula ao abranger questões sociais como temas integrantes da realidade de todo ser humano deixa de transmitir conceitos abstratos e sem relação com o cotidiano dos alunos, mas tornam-se instrumentos de reflexão.

As aulas de Língua Portuguesa podem não mudar a sociedade, porém propicia que se articulem questionamentos acerca da sociedade, torna-se um espaço de transformação.

3.1 Ética

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996) em seu título II, artigo 2º, afirma que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998, p. 62).

A partir desse enunciado, é possível observar a preocupação com a dimensão moral no ensino de Língua Portuguesa e da educação escolar. Dessa fora, inclui-se também como um dos Temas Transversais a questão da ética.

Abordar a questão da ética em aulas de Língua Portuguesa, em qualquer ciclo do ensino — sobretudo nas escolas públicas — traz uma constante atitude crítica de reconhecimento dos limites e possibilidades dos alunos, tornando-os cidadãos “críticos”, isto é, que sabem argumentar e refletir sobre aquilo que lhes é transmitido.

3.2 Meio Ambiente

Esforçar-se por uma condição de vida melhor é um dos grandes desafios a enfrentar, principalmente em relação à postura que se tem do Meio Ambiente. Os problemas decorridos de alterações no ambiente nos leva a enxergá-los como sendo provocados pela ação humana:

Nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, alicerçando na industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho, a mecanização da agricultura, o uso intenso de agrotóxicos e a concentração populacional nas cidades (BRASIL, 1998, p. 173).

A discussão acerca desse tema durante as aulas de Língua Portuguesa pode ser a solução para sanar diversos problemas trazidos à população em decorrência dessas questões. Devem-se abordar em sala de aula os problemas ambientais, pois diz respeito ao futuro da humanidade e da maneira com que enxergamos a sociedade e a natureza. Por isso, o Meio Ambiente foi inserido na prática pedagógica como Tema Transversal.

As aulas de Língua Portuguesa devem fornecer meios para que os alunos compreendam os fatos naturais e humanos, e possam adotar posturas pessoais e comportamentos sociais, que auxiliem a viver num mundo mais justo preservando o meio ambiente e protegendo a vida no planeta, garantido a qualidade de vida das gerações futuras.

3.3 Pluralidade Cultural

Deve-se dar prioridade ao tema da Pluralidade Cultural nas aulas de Língua Portuguesa, pois é através da educação que se combate o preconceito. Durante as aulas deve-se celebrar que a sociedade brasileira é formada por diferentes etnias e também por imigrantes de outros países. Em uma sociedade plural para viver em harmonia é preciso respeitar as diferenças, os grupos e culturas, nas quais são constituídas. O trabalho com a pluralidade deve ser voltado em promover a dignidade humana, dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa é fundamental para reconhecer a diversidade que envolve a problemática social, cultural e elitista.

3.4 Saúde

O Ensino de Saúde, parte integrante do Parâmetro Curricular Nacional, tem como desafio a educação que garanta uma aprendizagem efetiva e transformadora de atitudes e hábitos de vida. Deve-se educar pensando em todos os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que ocorram no dia-a-dia da escola.

Ao se agrupar aos Temas Transversais questões ligadas à saúde, essa abordagem vem contribuir para a garantia da qualidade de vida e saúde da sociedade. A escola tem um papel decisivo na valorização de comportamentos relativos à saúde, pois a infância e adolescência são épocas decisivas na construção de condutas (MEC/SEF, 1998, p. 257).

3.5 Trabalho e Consumo

O tema Trabalho e Consumo, abordado no currículo escolar, é de grande importância quanto ao acesso social e político, porque em tudo aquilo que consumimos existem trabalhos sociais, que são realizados por diversos tipos de trabalhos construídos historicamente, sujeitos à crítica, intervenção e transformação.

Os dilemas do trabalho e do consumo são objeto de um intenso debate. Esse debate, que congrega e mobiliza setores governamentais e não governamentais, igrejas, sindicatos, associações civis, traduzem a necessidade e a urgência de uma busca conjunta de soluções por parte do Estado, da sociedade civil e de todos os cidadãos, que estimulem a distribuição de renda, políticas de habitação, saúde, alimentação e Educação (MEC/SEF, 1998, p. 362).

O objetivo deste Tema é que os alunos possam constatar que o trabalho é importante na construção da riqueza do país, e que Trabalho e Consumo são fatores importantes na construção da própria imagem e da imagem do próximo como cidadão de direitos e, neste sentido possam atuar na sociedade com mais solidariedade e responsabilidade. A escola e o professor têm o papel de tornar possível aos alunos a ampliação das imagens pessoais na aquisição de trabalho.

A partir do projeto pedagógico a escola poderá desenvolver a aprendizagem de diversos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais (MEC/SEF, 1998, p. 339). A escola assim como a família, os meios de comunicação têm influência no comportamento das crianças, jovens e adultos, pois valores e regras são transmitidos pelos professores, livros didáticos, pela organização institucional e pelos próprios comportamentos dos alunos. Entre os teóricos Candau, Mizukami, Freire e Zabala.

Educação para eles é aquela que traz reflexão, que está relacionada ao fazer pedagógico político-social; sem reflexão não é possível falar em Cidadania. Todos os professores veem a importância dos Temas Transversais, procurando priorizar: Meio Ambiente: “não poluir”, “água”, “respeito à natureza e respeito à vida”; Orientação Sexual: “doenças sexualmente transmissíveis”, “AIDS”; Pluralidade Cultural: “enfocar os obstáculos e barreiras do cotidiano (...)”, “mais interesse na atualidade, diversidade do patrimônio cultural brasileiro, discriminação por raça, classe, crença religiosa e sexo”. Zabala também fundamenta a importância do ensino reflexivo, ou seja, aquele ensino voltado ao questionamento. O professor deve saber responder a duas questões: “Por que ensinar”? E “O que ensinamos”?

Fazendo assim, uma avaliação do que está sendo transmitido aos alunos. Será que o que está sendo passado aos alunos tem contribuído para a formação deles cidadãos? Para Freire, a educação deve ser significativa para os alunos, sem isso ela se torna alienada nos remetendo ao tempo da ditadura em que não havia direito de escolha, liberdade e autonomia na educação, imperava o autoritarismo.

O ensino para o educador deve estar embasado na comunicação, ou seja, no diálogo entre professor e aluno. Pelas análises dos trabalhos realizados em sala, o fazer educativo continua separado da comunicação, é um fazer não significativo, que não condiz com o postulado pelos educadores.

Conforme Mizukami, a relação aluno-professor deve ser horizontal, ou seja, na troca de ideias e experiências, o professor ao mesmo tempo em que ensina, aprende e o aluno também.

Dessa forma, o educador possibilita que o educando possa refletir sobre as contradições da sociedade, formando assim, suas próprias opiniões, tornando-se alunos crítico se reflexivos. Sabendo-se da importância dos Temas Transversais, constatamos que os mesmos poderiam ser tratados com mais abrangência e empenho, em sala de aula, por serem de grande influência na formação do indivíduo como pessoa e em seu meio de convívio social. Com a utilização dos Temas Transversais, a educação passaria a ser uma educação problematizadora, por abranger questões sociais, deixando de ser uma educação depositária, ou seja, sem reflexão e questionamento.

4. Considerações finais

A partir do levantamento bibliográfico, observa-se que os Temas Transversais são importantíssimos para a formação pessoal e social dos alunos, como futuros cidadãos, pois trazem questionamentos sobre a vivência do cotidiano e, além disso, são temas da contemporaneidade.

A escola, a família e a sociedade são responsáveis pela formação de cidadãos, e com o auxílio do ensino de Língua Portuguesa pode-se atingir graus de compreensão e reflexão acerca de temas relacionados ao ambiente, à sociedade e como transformar a realidade atual.

Os Temas Transversais podem auxiliar os docentes de Língua Portuguesa no ensino aos alunos, sobretudo, das escolas públicas. Observa-se hoje, um engessamento dos educadores por conta de conteúdos programáticos que parecem deixar os professores imobilizados, sem liberdade para ministrar suas aulas. Além da falta de estímulo e remuneração condizentes com a sua função: auxiliar no desenvolvimento de cidadãos críticos e humanizados.

Referências

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília. 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 08/05/2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ética e Pluralidade Cultural**, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, MEC, 1997, v.09.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, Ética**. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclos: apresentação dos Temas Transversais**. Brasília, MEC/SEF, p.436, 1998 Disponível em: Acesso em: 07. Fev. 2012.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em Questão**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DAVID SANTOS, Ricardo. **Representações Sociais de Um grupo de Docentes da Educação Básica sobre a Inserção Curricular dos Temas Transversais em diferentes áreas curriculares**. Dissertação de Mestrado - Uniatlântico - Universidad Europea del Atlántico - Espanha e América Latina. p.250. 2010.

DAVID SANTOS, Ricardo. PCN - **Temas Transversais na Educação Básica. Sugestões Didáticas para a Sala de Aula**. Taubaté - São Paulo. Ed. Cabral Livraria Universitária, p.176. 01ªed.2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MIZUKAMI, Maria G. N. **Ensino: As Abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 1986.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2007.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. SEB - 2007. **Ministério da Educação**. Disponível em: Acesso em 08. Maio de 2008.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: Como Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.